



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DA VITÓRIA
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E CIÊNCIAS DO ESPORTE

JOSÉ LUCAS DE OLIVEIRA SILVA

**ESPORTE E INCLUSÃO: UMA ANÁLISE DOCUMENTAL DAS AÇÕES
PÚBLICAS NO NORDESTE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ANO DE
2023**

VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DA VITÓRIA
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E CIÊNCIAS DO ESPORTE

JOSÉ LUCAS DE OLIVEIRA SILVA

**ESPORTE E INCLUSÃO: UMA ANÁLISE DOCUMENTAL DAS AÇÕES PÚBLICAS
NO NORDESTE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ANO DE 2023**

TCC apresentado ao Curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico da Vitória, como requisito para a obtenção do título de Licenciado em Educação Física.

Orientador(a): Prof. Dr. Saulo Fernandes Melo de Oliveira

VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Silva , José Lucas de Oliveira .

Esporte e inclusão: Uma análise documental das ações públicas no Nordeste para pessoas com deficiência no ano de 2023. / José Lucas de Oliveira Silva .
- Vitória de Santo Antão, 2024.

40 p. : il., tab.

Orientador(a): Saulo Fernandes Melo de Oliveira

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico de Vitória, Educação Física - Licenciatura, 2024.

Inclui referências, apêndices.

1. Pessoa com deficiência. 2. Políticas públicas. 3. Esportes . I. Oliveira , Saulo Fernandes Melo de . (Orientação). II. Título.

790 CDD (22.ed.)

JOSÉ LUCAS DE OLIVEIRA SILVA

**ESPORTE E INCLUSÃO: UMA ANÁLISE DOCUMENTAL DAS AÇÕES PÚBLICAS
NO NORDESTE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ANO DE 2023**

TCC apresentado ao Curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico da Vitória, como requisito para a obtenção do título de Licenciado em Educação Física.

Aprovado em: 11/03/2024.

BANCA EXAMINADORA

Profº. Dr. Saulo Fernandes Melo de Oliveira (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Profª. Dra. Lara Colognese Helegda (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Profº. Dr. Haroldo Moraes de Figueiredo (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

Inicialmente gostaria de agradecer a Deus e toda a minha família, minha mãe e meus avós que estão sempre comigo, nunca me deixaram faltar nada e me apoiam em absolutamente todas as minhas decisões nessa caminhada que denominamos de vida. Essa conquista nunca foi só minha, se estou aqui hoje é por eles, se pensei em desistir foi por eles que nunca concretizei esse pensamento, é por eles que corro e tento fazer o máximo possível. Acredito ter uma dívida imensurável com eles que talvez eu nunca consiga retribuir, porém, tentarei com todas as minhas forças tentar devolver o máximo que eu puder.

Gostaria também de agradecer aos meus amigos, esses que considero família também, aos amigos que fiz em Vitória durante esse período, a minha segunda família do AP 102 (Andrea, Carlos e Débora), que em um momento turbulento me acolheram e se tornaram família, a Lucas Luan meu parceiro de atividades, projetos, concursos e dupla imbatível de sorvebol muito obrigado. Por último, mas não menos importante gostaria de agradecer a pessoa incrível que conheci durante essa trajetória e me acompanha desde então, a Vanessa Cleonice, minha namorada, muito obrigado por me apoiar, ajudar e participar desse processo acadêmico e pessoal.

Aos meus amigos de Bonito também não poderia deixar de lembrar, obrigado por continuarem comigo, mesmo eu saindo da cidade vocês continuaram comigo independente da distância, foram imprescindíveis nessa trajetória acadêmica e pessoal.

Me tornando professor, não posso esquecer da importância dos mesmos, gostaria de agradecer a todos os que passaram pela minha trajetória desde o início de minha escolarização até o ensino superior. Em especial ao Professor Saulo Fernandes, se não fosse por ele esse trabalho não seria possível, obrigado por me acolher no seu projeto, em meu pior momento acadêmico consegui me encontrar e continuar firme trabalhando no meu sonho da graduação.

Aos que não estão mais aqui fisicamente também muito obrigado, ao meu pai que partiu cedo e hoje não pode me ver formado em Educação física, na mesma área que ele já atuou um dia. E ao meu “irmão” Pedro Henrique que foi a primeira pessoa a saber que eu tinha passado na UFPE, gostaria muito que você fosse a primeira pessoa a saber que me formei, porém sei que você sabe que finalmente conseguimos.

A todos que participaram da minha trajetória muito obrigado.

RESUMO

Ao decorrer do tempo as discussões acerca da inclusão das pessoas com deficiência em diversos âmbitos foram se tornando cada vez mais frequentes, diversos avanços foram acontecendo e as conquistas aos poucos foram se tornando leis, projetos e ações voltadas para esse grupo. O presente estudo de conclusão de curso foi constituído por uma análise documental e tem como objetivo quantificar e avaliar as ações e políticas públicas de esportes destinadas para as pessoas com deficiência na Região do Nordeste Brasileiro. Utilizando como base de dados os websites do Governo do Estado e websites das Secretarias de Esportes dos 9 Estados que constituem o Nordeste Brasileiro. Resultados: Foram encontradas 28 matérias originadas por 10 políticas públicas. Discussão: Embora observamos avanços acerca da temática, ainda se fazem essenciais diversas mudanças avaliações e pesquisas relacionadas ao esporte e às pessoas com deficiência. Isso porque, embora estejam protegidas por seus direitos, na realidade, essas pessoas enfrentam numerosos desafios, sendo um deles a participação nas atividades esportivas. Conclusão: Acreditamos que focar nessa temática emergente faça com que cada vez mais as pessoas com deficiência estejam incluídas na sociedade, em todos os âmbitos que são seus por direito.

Palavras-chave: pessoa com deficiência; políticas públicas; esportes.

ABSTRACT

Introduction: Over time, discussions about the inclusion of people with disabilities in different areas became increasingly frequent, several advances were made and the achievements gradually became laws, projects and actions aimed at this group. This course completion study consisted of a documentary analysis and aims to quantify and evaluate public sports actions and policies aimed at people with disabilities in the Brazilian Northeast Region. Using as a database the State Government websites and websites of the Sports Departments of the 9 States that make up the Brazilian Northeast. **Results:** 28 articles were found originating from 10 public policies. **Discussion:** Although we have seen progress on the topic, several changes are still essential in assessments and research related to sport and people with disabilities. This is because, although they are protected by their rights, in reality, these people face numerous challenges, one of which is participation in sporting activities. **Conclusion:** We believe that focusing on this emerging theme will ensure that more and more people with disabilities are included in society, in all areas that are theirs by right.

Keywords: disabled person; public policies; sports.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Acesso ao site do Governo Estadual	16
Figura 2. Inserção do descritor na aba de pesquisa da página	16
Figura 3. Análise das matérias encontradas segundo nossos critérios de inclusão	16
Figura 4. Acesso a secretaria de esportes do estado	17
Figura 5. Acesso a aba de notícias	18
Figura 6. Análise das matérias	18
Gráfico 1. Governo Estadual de Alagoas	20
Gráfico 2. Secretaria de Esportes de Alagoas	21
Gráfico 3. Governo Estadual da Bahia	21
Gráfico 4. Secretaria de Esportes da Bahia	22
Gráfico 5. Governo Estadual do Ceará	23
Gráfico 6. Secretaria de Esportes do Ceará	24
Gráfico 7. Governo Estadual do Maranhão	25
Gráfico 8. Secretaria de Esportes do Maranhão	25
Gráfico 9. Governo Estadual da Paraíba	26
Gráfico 10. Secretaria de Esportes da Paraíba	27
Gráfico 11. Governo Estadual de Pernambuco	28
Gráfico 12. Secretaria de Esportes de Pernambuco	29
Gráfico 13. Governo Estadual do Piauí	30
Gráfico 14. Secretaria de Esportes do Piauí	30
Gráfico 15. Governo Estadual do Rio Grande do Norte	31
Gráfico 16. Secretaria de Esportes do Rio Grande do Norte	32
Gráfico 17. Governo Estadual de Sergipe	33
Gráfico 18. Secretaria de Esportes de Sergipe	33

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 REVISÃO DE LITERATURA	11
3 OBJETIVOS	14
3.1 Objetivo Geral	14
3.2 Objetivos Específicos	14
4 MATERIAIS E MÉTODOS	15
4.1 Tipo de pesquisa	15
4.2 Procedimentos de busca	15
4.3 Extração e análise de dados	18
5 RESULTADOS e DISCUSSÃO	20
6 CONCLUSÃO	37
REFERÊNCIAS	38

1 INTRODUÇÃO

De acordo com a Lei nº 13.146/2015 “Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.” (Brasília, 6 de julho de 2015, p.1) Além de caracterizar a pessoa com deficiência, a Lei de Inclusão veio para assegurar, e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

O Brasil conta com 203 milhões de habitantes segundo o último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2022. Desse total são 18,6 milhões de pessoas (8,9%) de 2 anos ou mais de idade com deficiência no Brasil. Visando a inclusão desse grupo nos âmbitos esportivos entende-se como necessário a criação de ações, projetos e políticas públicas para que as pessoas com deficiência possam acessar, integrar, e se manter nos espaços destinados para tal.

Se tratando do esporte para pessoas com deficiência, também conhecido como Paradesporto ou Esporte Adaptado, sua origem é datada por volta de 1870, um período anterior ao movimento pós-guerra. Nos Estados Unidos, já existia um reconhecimento sobre essas atividades físicas adaptadas, marcando o início das primeiras competições esportivas organizadas por instituições educacionais especializadas (Winnick, 2004; Araújo, 1997). Após o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), numerosos soldados que retornaram do conflito apresentavam sequelas das batalhas, incluindo limitações motoras, perdas auditivas e visuais, além de amputações.

Diante disso, os países envolvidos no conflito iniciaram uma mobilização para desenvolver programas, estratégias e iniciativas com o objetivo de melhorar a qualidade de vida desses indivíduos. Como parte desse esforço, muitos dos veteranos afetados foram introduzidos e integrados em atividades físicas e esportes adaptados às suas condições específicas. Em nosso país o paradesporto surge por volta de 1958, onde foram fundados dois clubes para a prática do desporto em cadeira de rodas, porém, mais de 60 anos após a chegada do esporte adaptado ao país vemos que ainda temos muito a trabalhar para que as pessoas com deficiência possam não só acessarem os âmbitos esportivos, mas que participem ativamente do processo.

Em relação aos esportes, a Lei de Inclusão citada anteriormente explicita no Art. 42 que a pessoa com deficiência tem direito ao esporte, lazer e ao turismo em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. Todavia, o projeto de lei 4674/20 traz alterações para a Lei, com o objetivo de tornar mais compreensível que as pessoas com deficiência podem participar não só como espectador, mas também de maneira atuante, como praticante, competidor ou acompanhante em treinos, serviços ou eventos culturais e esportivos promovidos pelo poder público ou pela iniciativa privada.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Como vimos anteriormente, segundo a Lei nº 13.146/2015 define-se como pessoa com deficiência aquela que apresenta uma limitação de longa duração, seja ela física, mental, intelectual ou sensorial. Esta condição, quando combinada com uma ou mais barreiras, pode limitar a capacidade de participar de forma plena e efetiva na sociedade, em pé de igualdade com outras pessoas. Essa lei acaba definindo não só o conceito de pessoa com deficiência, mas também explicita que as demais barreiras como as físicas, culturais, sociais e ambientais podem diminuir cada vez mais a participação das pessoas com deficiência na sociedade.

Andrade e De Almeida (2019) salientam que indivíduos com deficiência confrontam-se não apenas com barreiras físicas e de acessibilidade, mas também com o estigma social, o que complica sua inclusão, integração e participação na vida comunitária. A inserção social dessas pessoas promove sua autonomia e reforça seu senso de pertencimento na sociedade. Com isso, no ano de 2000 foi decretada a lei de acessibilidade N° 10.098, que buscava garantir que as pessoas com deficiência ocupassem cada vez mais os espaços públicos e privados sem quaisquer dificuldades.

Porém, na lei citada anteriormente de N° 13.146 foram instituídas algumas alterações, para garantir cada vez mais participação das pessoas com deficiência na sociedade. Uma dessas alterações foi a definição de acessibilidade, segundo a lei acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Além disso a lei exemplificou quais seriam as barreiras que podem dificultar a inclusão das pessoas com deficiência na sociedade, segundo a lei as barreiras são: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros.

As barreiras podem ser urbanísticas, arquitetônicas, nos transportes, nas comunicações e na informação. Com isso entende-se que as barreiras não necessariamente são algum obstáculo físico, mas podem ser também dificuldades para as pessoas com deficiência transitarem, se comunicarem e utilizarem os espaços destinados à população. Vale salientar que segundo a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006), o conceito de deficiência está em constante desenvolvimento. A deficiência surge da interação entre indivíduos com limitações e as barreiras criadas por atitudes e ambientes que bloqueiam sua participação integral e ativa na sociedade, em condições de igualdade com os demais.

Entre as iniciativas voltadas para a inclusão, destaca-se a valorização do corpo e do movimento, abrindo caminhos para a inclusão através do esporte (Faria & Carvalho, 2010). O esporte paralímpico surge como meio lúdico e terapêutico para os veteranos da Segunda Guerra Mundial, porém, ao decorrer do Século XXI ele traz consigo aspectos próprios do alto rendimento (Bailey, 2008). Assim, cada vez mais as PcD estão ocupando seus lugares nos âmbitos desportivos, mas não só como espectadores, mas, também como atletas de alto rendimento, praticantes e entusiastas nas modalidades adaptadas e paralímpicas.

Esse fenômeno tem gerado uma transformação social significativa no que se refere à participação e ao reconhecimento de pessoas com deficiência ocupando posições de relevância na sociedade (Brittain, 2010). Ainda assim, com diversos aspectos benéficos apresentados, ainda ocorrem algumas relutâncias por parte dos indivíduos com deficiência, pais e familiares acerca da prática esportiva inclusiva. Gimenez (2006) sugere que, de maneira ampla, ainda existe uma considerável lacuna no entendimento acerca das consequências da implementação de práticas inclusivas.

Alguns estigmas de que as PcD são pessoas incapazes, improdutivas, inválidas, incompetentes ainda rondam o imaginário de diversas pessoas, porém cada vez mais vemos as PcD autônomas, independentes, criativas e produtivas. Sendo assim a prática esportiva ajustada a necessidade específica é de extrema importância para o indivíduo com deficiência. Moura et al. (2006) defendem que as atividades motoras têm o potencial de auxiliar pessoas com deficiência a alcançarem seus objetivos como cidadãos produtivos, tanto no ambiente escolar quanto na vida cotidiana. Além de habilidades físicas, a inclusão das pessoas com deficiência nos esportes desenvolve interação social, melhora na autoestima, inclusão, melhoria na qualidade de vida, entre outros aspectos.

E para que essas práticas esportivas ocorram e sejam inclusivas para pessoas com deficiência é necessário que sejam criadas ações, projetos e eventos destinados especificamente a esse público, criação essa que pode vir por meio de políticas públicas. Para Lynn (1980), ele entende as políticas públicas como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Já Dye (1984) resume o conceito de políticas públicas como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”.

Porém, a criação de políticas é algo muito particular, segundo Secchi (2012, p.02) “Uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema político”. Com isso entendemos que, se a gestão pública não entender aquela necessidade como essencial, não serão criadas e implementadas políticas para atender aquelas demandas, ou seja, se as gestões não verem a inclusão das pessoas com deficiência como um problema necessário a ser debatido, trabalhado, e resolvido, as pessoas com deficiência serão negligenciadas e escanteadas ao longo das gestões públicas.

Em um resgate histórico vemos que as políticas públicas para pessoas com deficiência foram elaboradas inicialmente numa visão assistencialista, protecionista e com perspectivas de caridade, porém ao longo dos anos por volta da década de 70, a mobilização desse grupo em busca dos seus direitos fez com que em 1981 acontecesse a declaração do Ano Internacional da Pessoa Portadora de Deficiência pela Organização das Nações Unidas (ONU), com isso as discussões começaram a ser realizadas considerando a perspectiva dos direitos humanos, enfatizando a importância do acesso à educação, ao trabalho, à saúde, à acessibilidade, à cultura, ao esporte e ao lazer, entre outros aspectos da vida em sociedade.

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

Analisar as políticas públicas, ações e matérias destinadas aos esportes para pessoas com deficiência na região do Nordeste Brasileiro no ano de 2023.

3.2 Objetivos Específicos

- Selecionar as secretarias estaduais de esportes da Região Nordeste e buscar nas notícias ações, projetos e políticas públicas voltadas para as pessoas com deficiência.
- Verificar se há projetos destinados para a inclusão das pessoas com deficiência nos esportes em todos os estados do Nordeste.
- Quantificar as matérias de cada estado nordestino.
- Qualificar de maneira crítica os projetos destinados às pessoas com deficiência nos esportes.

4 MATERIAIS E MÉTODOS

4.1 Tipo de pesquisa

O presente trabalho foi realizado a partir de uma pesquisa documental. Que segundo (Gerhardt e Silveira, 2009). A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, que não sofreram tratamento analítico prévio, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, entre outras. Com isso, a análise documental favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros. (Cellard, 2008).

Portanto, a elaboração deste trabalho foi realizada com base nas matérias disponíveis nos sites dos Governos Estaduais e nas Secretarias de Esporte, dos nove estados constituintes da Região Nordeste do nosso país no ano de 2023. Vale salientar que este estudo foi isentado de avaliação pelo Comitê de Ética da Universidade, uma vez que não incluiu procedimentos experimentais com seres humanos e os dados foram adquiridos de bancos de dados de acesso público.

4.2 Procedimentos de busca

Inicialmente para o trabalho foi necessário identificar se todos os estados do nordeste brasileiro tinham sites destinados ao Governo do Estado, e se dispunham de sites para as Secretarias de Esporte, para que daí fosse iniciado as buscas. Ao confirmar que todos os estados continham os sites necessários às pesquisas iniciaram. O processo de coleta de dados seguiu uma metodologia estruturada, iniciando-se com uma busca preliminar nos websites oficiais dos governos estaduais. A primeira parte da pesquisa aconteceu da seguinte forma:

1. Utilizar o Google para localizar o website do governo do estado em questão;
2. Identificar a barra de pesquisa disponível do site e utilizar três descritores separadamente para realizar a busca, os descritores eram: “Esporte Adaptado”, “Esporte Paralímpico” e “Pessoa com deficiência”
3. Após a pesquisa com os três descritores individualmente organizamos as matérias encontradas com os seguintes critérios: seriam incluídas apenas as

matérias que se relacionassem com algum dos três descritores e que tivessem sido publicadas no ano de 2023. O restante seria excluído por nossos critérios.

Figura 1. Acesso ao site do Governo Estadual



Fonte: Google

Figura 2. Inserção do descritor na aba de pesquisa da página



Fonte: <https://www.pe.gov.br>

Figura 3. Análise das matérias encontradas segundo nossos critérios de inclusão

The screenshot shows the website of the Pernambuco state government. At the top, there is a navigation menu with links for Home, Notícias, Serviços, Governo, Secretarias, and Órgãos. A search bar contains the text 'pessoa com deficiência'. Below the search bar, a red box highlights the search results. The results are as follows:

Resultado da busca	
21/11/2023	<p>Social</p> <p>Para garantir combate à fome como prioridade da gestão, governadora Raquel Lyra propõe secretaria focada na Assistência Social e no programa Mães de Pernambuco</p>
16/11/2023	<p>Destaque, Habitação</p> <p>Com subsídio de R\$ 20 mil do Governo do Estado, primeira mulher assina contrato da casa própria através da Entrada Garantida</p>
05/10/2023	<p>Administração, Desenvolvimento, Social</p> <p>Com R\$ 24,7 bi, PPA triplica investimento público com reforço de ações de combate à fome, segurança pública e obras de creches, rodovias e hospitais</p>

Fonte: <https://www.pe.gov.br>

Após a busca nos websites do governo do estado, direcionamos nosso foco especificamente para os sites das secretarias estaduais de esporte dos estados selecionados para uma investigação mais detalhada. Esta etapa consistiu em:

1. Utilizar o Google para localizar o website da Secretaria de Esportes do estado em questão.
2. Acessar o site e navegar até a seção de notícias.
3. Dentro da seção de notícias, procedemos à análise manual das publicações, aderindo rigorosamente aos critérios pré-estabelecidos, que incluíam a seleção exclusiva de matérias relacionadas ao esporte para pessoas com deficiência e que tivessem sido divulgadas no ano de 2023.

Figura 4. Acesso a secretaria de esportes do estado

The screenshot shows a Google search interface. The search bar contains the text 'secretaria de esportes de pernambuco'. Below the search bar, there are tabs for 'Imagens', 'Notícias', 'Maps', 'Vídeos', 'Shopping', 'Livros', 'Voos', and 'Finanças'. The search results show approximately 5,490,000 results in 0.26 seconds. The first result is for the 'Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco' with the URL 'https://portal.educacao.pe.gov.br'. The snippet for this result reads: 'Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco: SEE Sobre a SEE: A Secretaria de Educação e Esportes do Estado de Pernambuco tem como missão garantir o acesso da população à educação básica. Endereço.'

Fonte: Google

Figura 5. Acesso a aba de notícias



Fonte: <https://portal.educacao.pe.gov.br>

Figura 6. Análise das matérias encontradas de acordo com os critérios



Fonte: <https://portal.educacao.pe.gov.br>

4.3 Extração e análise de dados

Para selecionarmos as matérias necessárias para a pesquisa foram utilizados alguns critérios já citados anteriormente, que eram: Relacionar-se com os descritores “Esporte adaptado”, “Esporte paralímpico” e “Pessoa com deficiência”, ter sido publicado no ano de 2023, e estarem disponíveis no website do governo do estado ou na secretaria de esportes do estado. Como critério de exclusão, desconsideramos as matérias que fugiam da temática deste trabalho e também as matérias que se repetiam entre as bases de dados utilizadas.

Para analisarmos as matérias utilizamos a análise de conteúdos de Bardin. Que consiste em três etapas: 1- Pré análise; 2- A exploração do material e 3- O tratamento dos resultados: que seria a inferência e interpretação. Com isso a pré análise se constituiu em leituras acerca da temática para familiarização, em seguida ocorreram as pesquisas propriamente ditas e finalizando com o processo de análise do material selecionado.

A análise ocorreu da seguinte forma, montamos três grupos para agrupar as matérias semelhantes e esses grupos foram: Matérias que se relacionam com políticas públicas de esporte para PcD. Exemplificando, matérias que noticiaram políticas, leis, eventos ou projetos oriundos de políticas públicas. O segundo grupo era destinado às matérias que noticiaram eventos esportivos exclusivos para PcD ou que ocorreram modalidades específicas para o grupo, podendo ser educacionais, competitivos ou recreativos. E por fim o terceiro grupo que reunia as matérias informativas, que noticiavam obras ou projetos de acessibilidade.

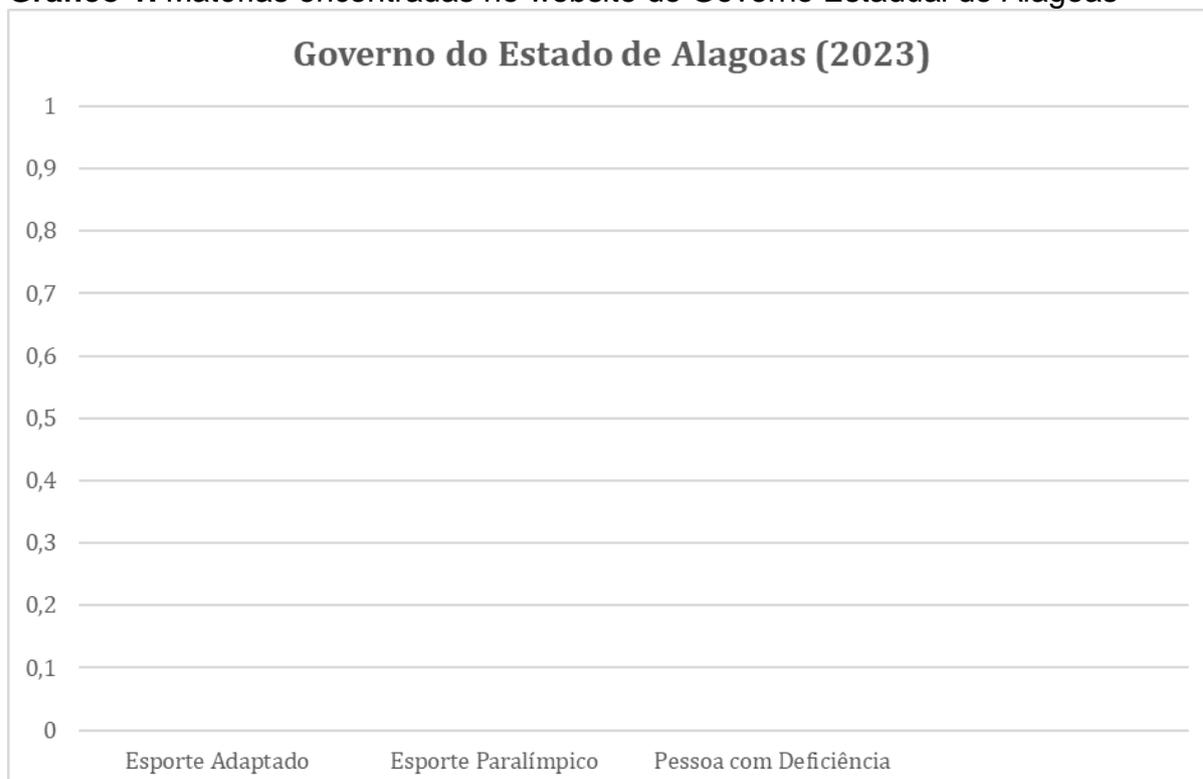
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Iniciaremos os comentários a partir dos resultados obtidos com as nossas pesquisas, com a primeira parte da pesquisa realizada, encontramos um total de 26.071 matérias nos sites dos Governos integrantes da região Nordeste do Brasil das quais (22 matérias foram incluídas na pesquisa; 25.381 matérias excluídas pelo corte temporal; 395 matérias foram excluídas por fugirem da temática da pesquisa e 273 matérias foram excluídas por estarem duplicadas).

Partindo para nossa segunda base de dados que foram as secretarias de esportes dos nove estados constituintes do Nordeste, obtivemos um total de 8.549 matérias publicadas no ano de 2023, das quais 271 foram incluídas na pesquisa e 8.278 matérias foram excluídas por fugir da temática do trabalho.

Em ordem alfabética iniciamos por Alagoas, o 19° estado em população nacional, que de acordo com o último censo [2022] continha 3.127.683 pessoas, das quais 10,5% continham alguma deficiência. Ao acessar o website do governo estadual e utilizarmos os três descritores selecionados, não encontramos nenhuma matéria relacionada com a pesquisa.

Gráfico 1. Matérias encontradas no website do Governo Estadual de Alagoas



Fonte: O Autor (2024).

Em seguida fizemos um levantamento das notícias na Secretaria do Esporte e Lazer da Juventude do estado, e lá conseguimos as seguintes informações:

Gráfico 2. Matérias encontradas no website da Secretaria de Esportes Alagoas

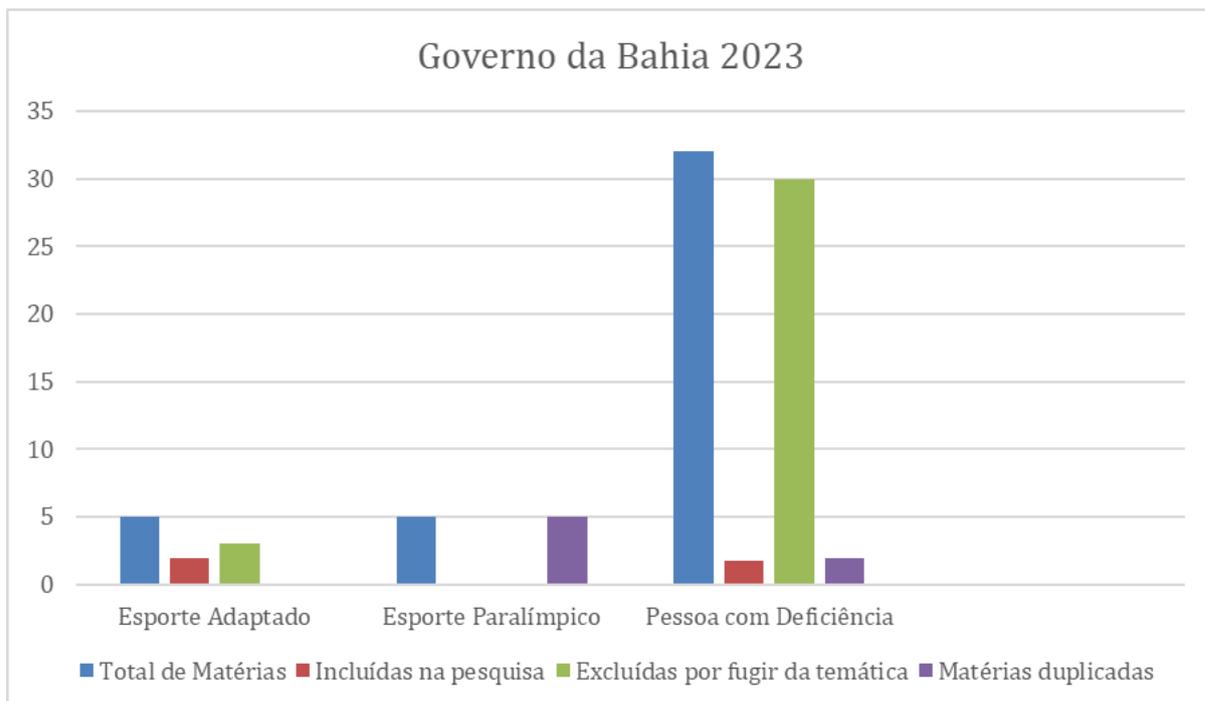


Fonte: O Autor (2024).

Com apenas uma única matéria destinada ao esporte para PcD, essa matéria foi classificada como “Evento esportivo educacional”, de acordo com nossas pesquisas o estado não contém nenhuma política pública destinada ao esporte para PcD documentada nas bases de dados que utilizamos para nossas pesquisas.

Seguindo para o estado da Bahia, o 4º estado em população nacional, que de acordo com o último censo [2022] continha 14.141.626 pessoas, das quais 10,4% continham alguma deficiência. Ao acessar o website do governo estadual e utilizarmos os três descritores selecionados, encontramos um total de 42 matérias.

Gráfico 3. Matérias encontradas no website do Governo Estadual da Bahia

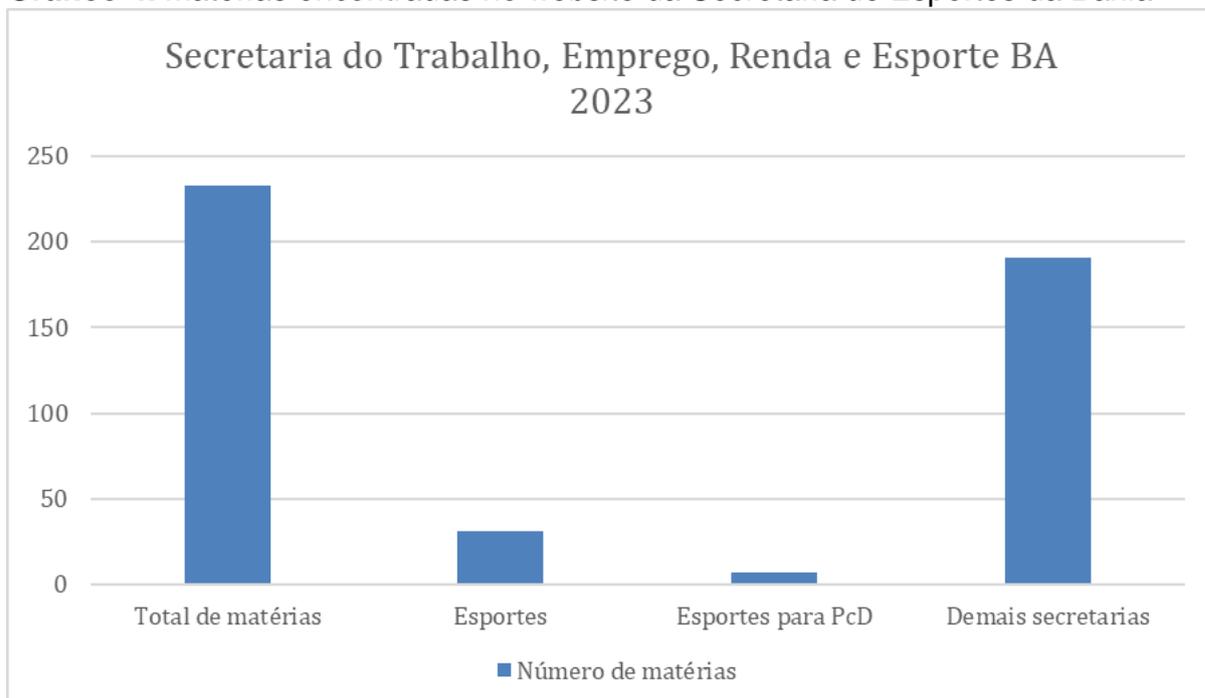


Fonte: O Autor (2024).

Como demonstrado no gráfico, apenas duas matérias foram incluídas na pesquisa, e após uma análise das mesmas elas foram classificadas como “Eventos esportivos recreativos”.

Dando continuidade no Estado Baiano chegamos ao site da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte e lá conseguimos as seguintes informações:

Gráfico 4. Matérias encontradas no website da Secretaria de Esportes da Bahia



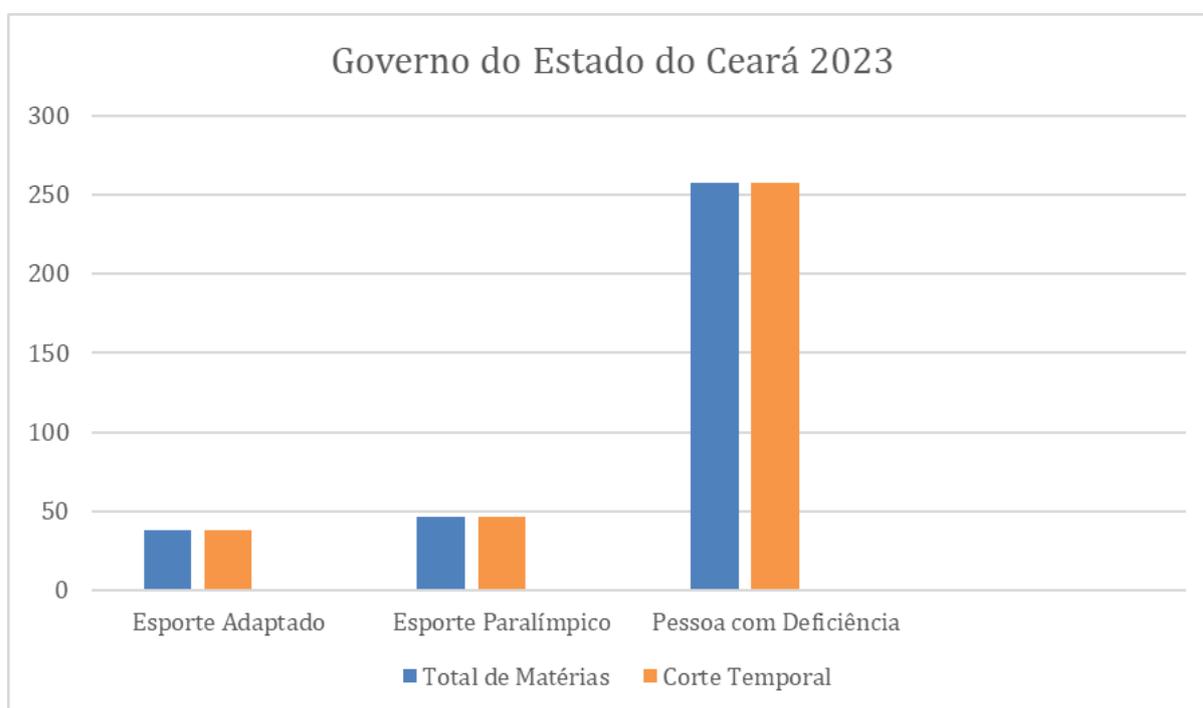
Fonte: O Autor (2024).

A Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte do Estado da Bahia apresentou seis matérias destinadas ao esporte para PcD, das seis, cinco foram provenientes de políticas públicas destinadas ao esporte para pessoas com deficiência, e a matéria restante foi classificada como “Evento esportivo recreativo”.

Em resumo, encontramos nas bases de dados utilizadas, cinco matérias provenientes de duas políticas públicas esportivas para PcD.

O estado do Ceará que é o 8º em população no Brasil, segundo o último censo [2022], o estado continha 8.794.957 pessoas, das quais 10,9% continham alguma deficiência. Buscando no website do Governo do Estado do Ceará obtivemos os seguintes resultados:

Gráfico 5. Matérias encontradas no website do Governo Estadual do Ceará.



Fonte: O Autor (2024).

Conseguimos observar com o gráfico acima que de todas as matérias nenhuma estava publicada no nosso período de tempo pré-determinado.

Partindo especificamente para o website da Secretaria de Esportes do Ceará obtivemos diversas matérias incluídas no estudo.

Gráfico 6. Matérias encontradas no website da Secretaria de Esportes do Ceará.



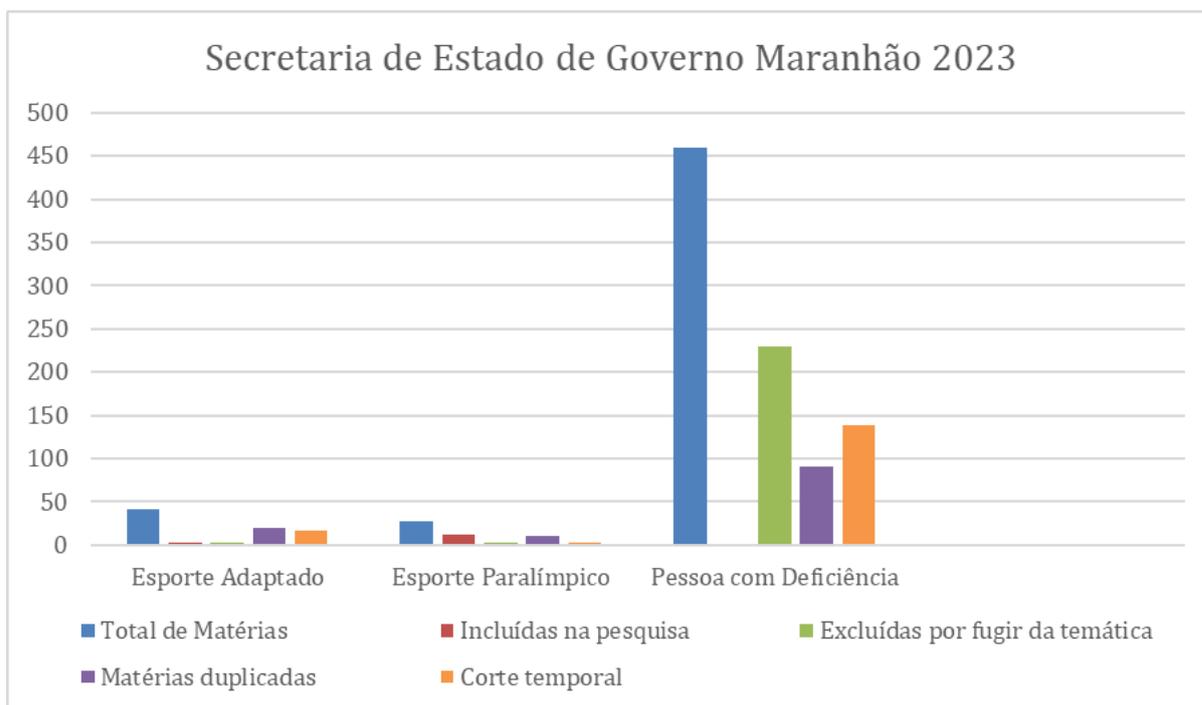
Fonte: O Autor (2024).

Com um total de 359 matérias, obtivemos 56 voltadas para o esporte específico para PcD. No grupo de matérias relacionadas com políticas tivemos 15 matérias, no grupo de eventos esportivos tivemos 41 matérias, e desse total todos os eventos esportivos foram realizados em âmbitos educacionais.

Das quinze matérias obtidas, esse total foi gerado pela implementação de duas políticas públicas estaduais.

Seguindo para o estado do Maranhão, este conta com uma população estimada em 6.776.699 pessoas de acordo com o último censo [2022], sendo assim o 12º estado em população nacional. Deste total, o estado conta com 9,3% da população com alguma deficiência, sendo esse o menor percentual da região Nordeste.

Ao acessar o website do Governo do Maranhão e utilizar os três descritores pré-determinados para essa pesquisa, encontramos as seguintes informações:

Gráfico 7. Matérias encontradas no website do Governo Estadual do Maranhão.

Fonte: O Autor (2024).

Em resumo tivemos 529 Resultados no total com os 3 descritores (12 matérias incluídas; 235 excluídas por fugir da temática 121 matérias duplicadas e 159 pelo corte temporal).

Acessando o website da Secretaria do Esporte e Lazer Maranhense obtivemos essas informações:

Gráfico 8. Matérias encontradas no website da Secretaria de Esportes do Maranhão.

Fonte: O Autor (2024).

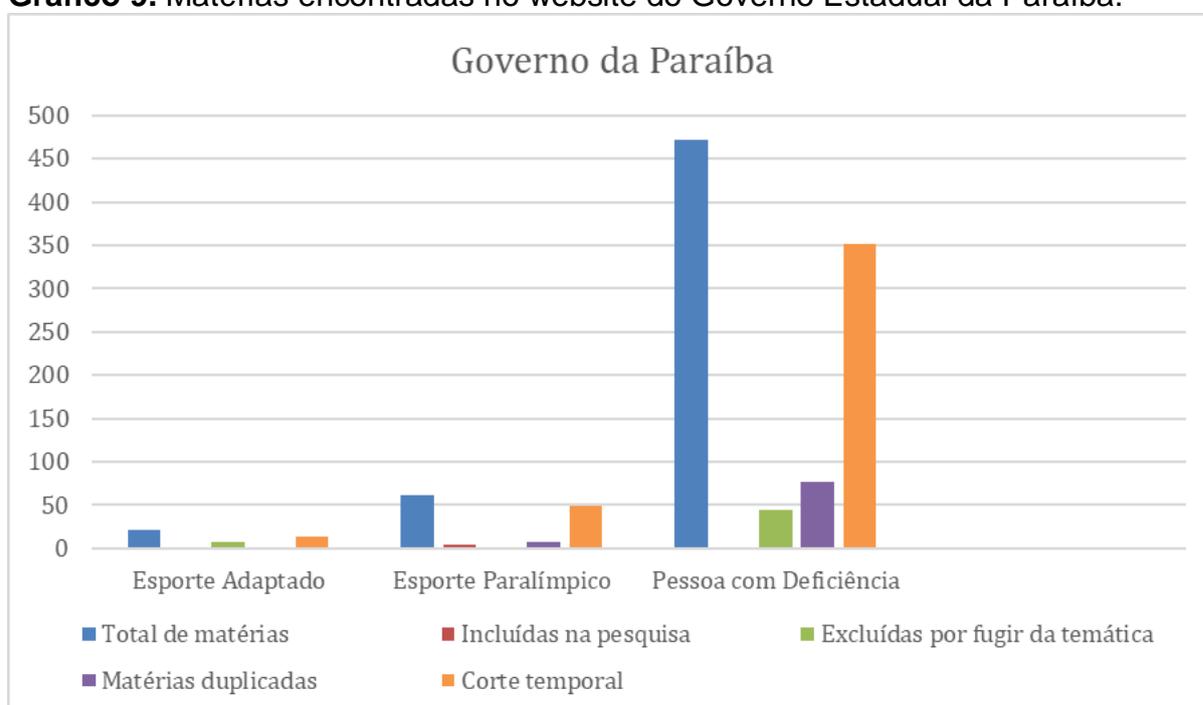
Um total de 58 matérias, sendo 22 voltadas para PcD's.

Unindo o quantitativo das duas bases de dados temos um total de 36 matérias destinadas ao esporte para pessoas com deficiência, sendo dessas 36: 2 matérias são relacionadas com políticas públicas, 27 matérias classificadas como eventos esportivos, sendo 19 eventos esportivos educacionais e 8 eventos esportivos competitivos, além de 5 matérias informativas.

Em resumo, tivemos uma política pública que originou duas matérias a respeito.

Chegando ao estado da Paraíba, que é o 13º estado em população nacional, cerca de 3.974.687 pessoas de acordo com o último censo [2022]. E desse total temos uma porcentagem, assim como o estado anterior de 9,3% de pessoas com deficiência no estado. Com isso ao acessar o website do Governo da Paraíba e utilizarmos os descritores na barra de pesquisa do site obtivemos os seguintes resultados:

Gráfico 9. Matérias encontradas no website do Governo Estadual da Paraíba.

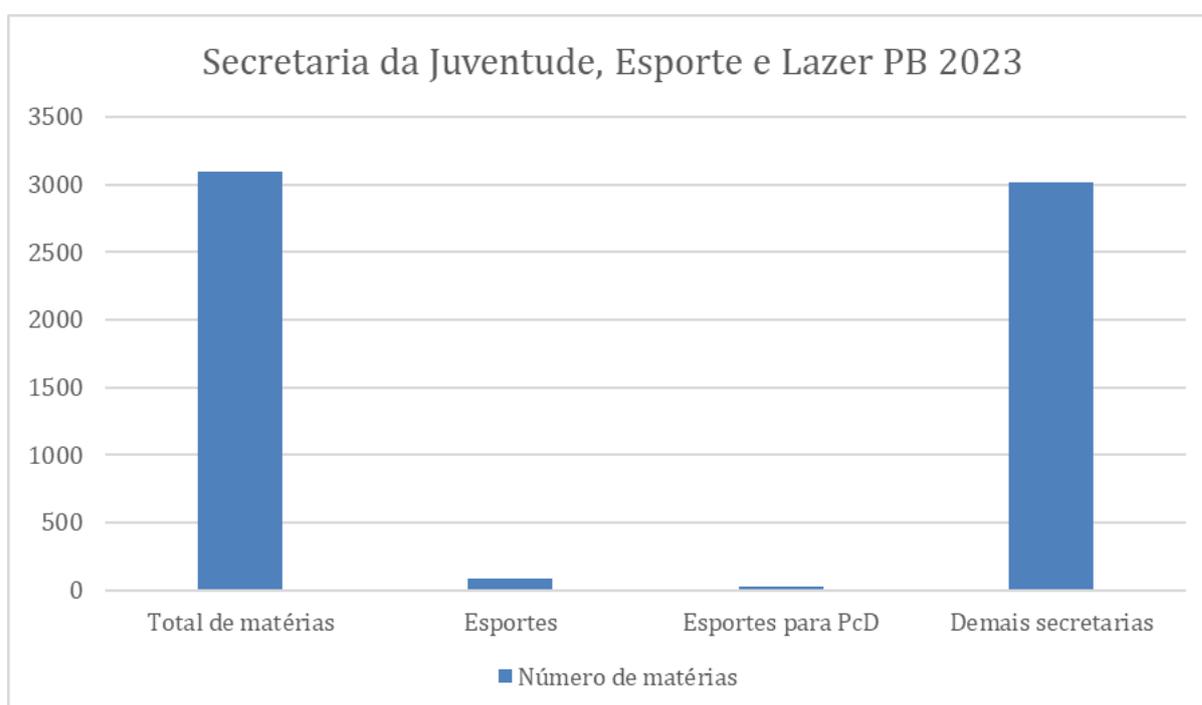


Fonte: O Autor (2024).

Um total de 554 resultados com os 3 descritores (4 matérias incluídas; 52 excluídas por fugirem da temática; 84 matérias duplicadas e 414 excluídas pelo corte temporal).

Já no website da Secretaria da Juventude, esporte e lazer encontramos os seguintes resultados:

Gráfico 10. Matérias encontradas no website da Secretaria de Esportes da Paraíba.



Fonte: O Autor (2024).

Um total de 3098 matérias, sendo 84 voltadas para o esporte, 27 destinadas ao esporte para pessoas com deficiência, e as demais secretarias somavam 3014 matérias.

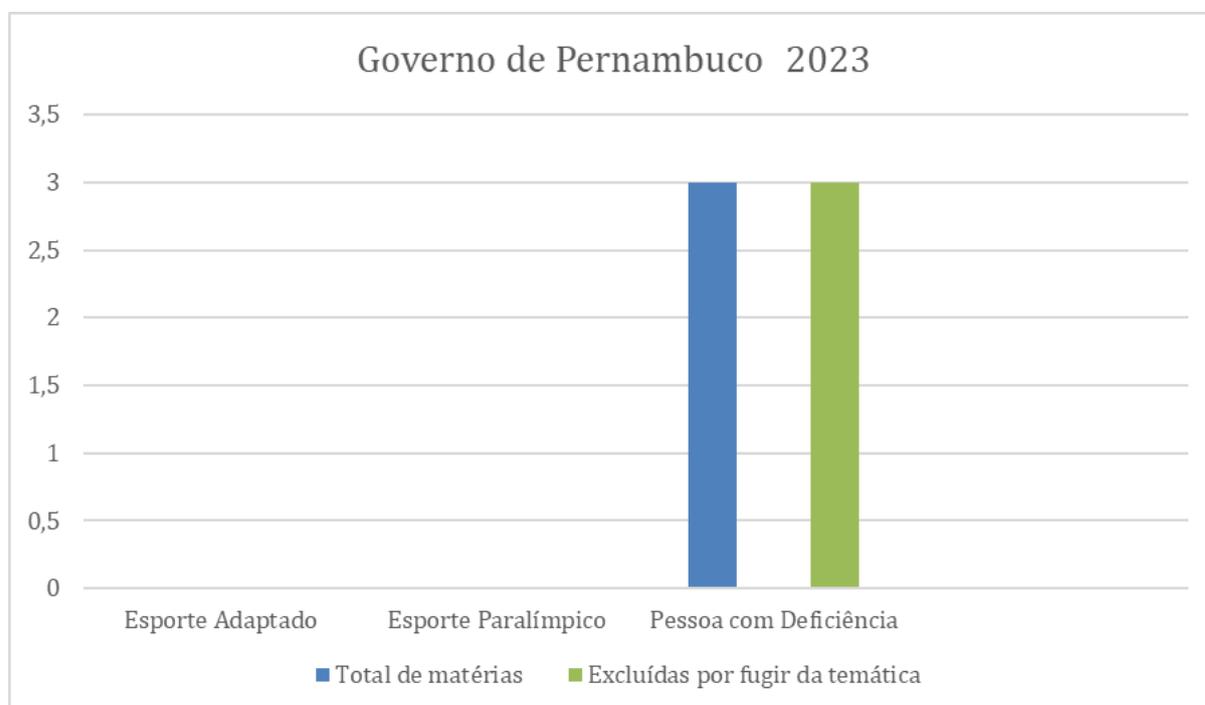
Ao unir as bases de dados obtivemos 31 matérias destinadas ao esporte para pessoas com deficiência, e ao analisarmos dividimos as matérias em 15 matérias destinadas a eventos esportivos educacionais e 12 matérias destinadas a eventos esportivos competitivos, além de 4 matérias destinadas à acessibilidade das pessoas com deficiência aos espaços esportivos.

Em resumo não encontramos nas bases de dados nenhuma matéria que indicasse que o estado dispunha de uma política pública destinada ao esporte para pessoas com deficiência.

Chegando em Pernambuco, que de acordo com o último censo realizado em [2022], o estado comporta 9.058.931 pessoas, sendo assim o 7º estado em população nacional. Deste total, o estado conta com 10,1% de pessoas com deficiência em seu território.

Sendo assim, ao acessar o website do Governo de Pernambuco e utilizar nossos descritores escolhidos encontramos essas informações:

Gráfico 11. Matérias encontradas no website do Governo Estadual de Pernambuco.



Fonte: O Autor (2024).

Podemos observar que dos três descritores utilizados encontramos matérias apenas com o descritor “Pessoa com deficiência”, e mesmo encontrando matérias elas fugiam da temática do trabalho.

Ao seguir para a Secretaria de Esportes e Educação obtivemos os seguintes números:

Gráfico 12. Matérias encontradas no website da Secretaria de Esportes de Pernambuco.



Fonte: O Autor (2024).

Com um total de 250 matérias, distribuídas da seguinte maneira: 20 matérias destinadas ao esporte e 230 matérias destinadas às demais secretarias. Desse total de matérias destinadas ao esporte foram encontradas 6 matérias destinadas ao esporte para pessoas com deficiência. Classificando as seis obtivemos os seguintes resultados: Foram 3 matérias relacionadas com políticas públicas e 3 matérias destinadas a eventos esportivos competitivos.

Em resumo, Pernambuco obteve duas políticas públicas voltadas ao esporte para pessoas com deficiência que geraram 3 matérias nas bases de dados.

O estado do Piauí que é o 18º em população no país e conta com 3.271.199 pessoas segundo o último censo realizado em [2022], tem uma estimativa de população com algum tipo de deficiência por volta dos 10,8%.

E em busca de encontrar incentivos esportivos para esse público acessamos o website do Governo do Piauí, e após realizar as buscas com nossos descritores encontramos o seguinte panorama:

Gráfico 13. Matérias encontradas no website do Governo Estadual do Piauí.

Fonte: O Autor (2024).

Em resumo, o que podemos observar com o gráfico é que de 120 resultados no total, encontramos com os 3 descritores (60 matérias foram excluídas por fugirem da temática e as demais 60 foram excluídas por estarem duplicadas).

Seguindo para nossa segunda base de dados, a Secretaria do Esporte do Piauí continha as seguintes matérias:

Gráfico 14. Matérias encontradas no website da Secretaria de Esportes do Piauí

Fonte: O Autor (2024).

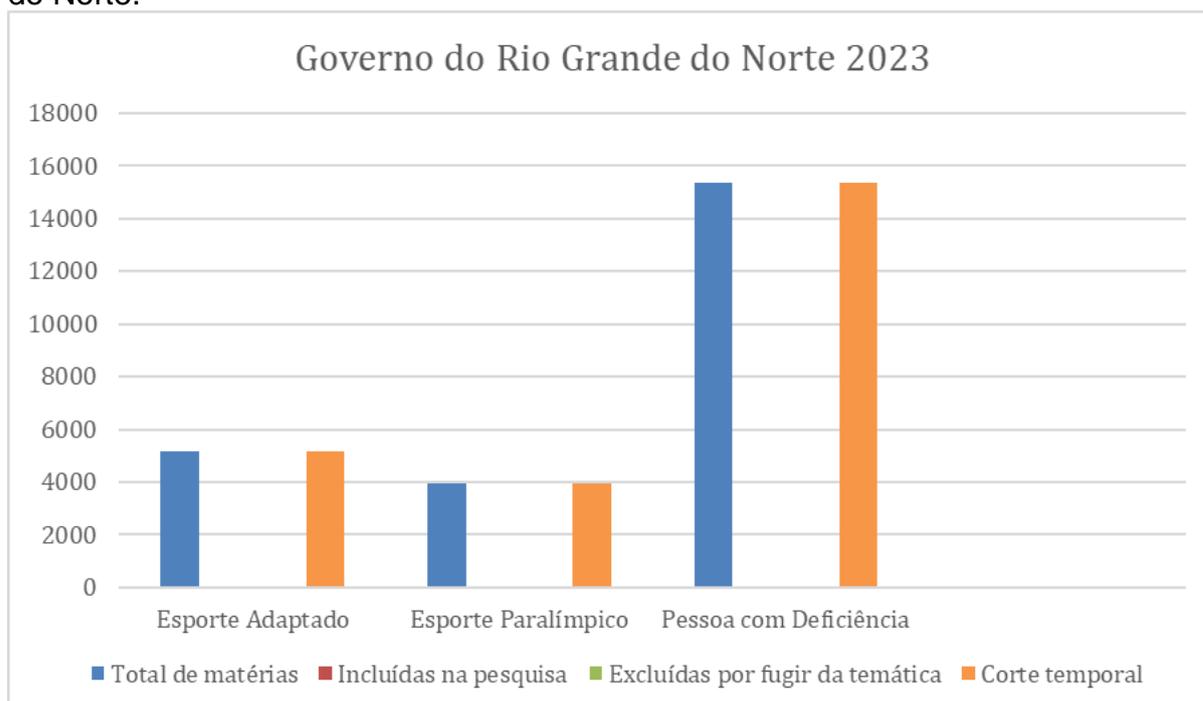
Conseguimos observar um total de 97 matérias esportivas, que deste total 10 eram relacionadas com as pessoas com deficiência. Realizando uma rápida análise concluímos que: Uma matéria foi proveniente de uma política pública; 7 matérias foram classificadas como eventos esportivos educacionais; e duas matérias classificadas como evento esportivo recreativo.

Em suma destacamos que o estado apresenta uma política pública de esporte para pessoas com deficiência que resultou em uma matéria disponível nas bases de dados utilizadas.

Partindo para o estado do Rio Grande do Norte que é o 17º estado em população nacional, com cerca de 3.302.729 habitantes de acordo com último censo realizado em [2022], e com estimativa de 9,9% da sua população com alguma deficiência, o estado conta com essas informações acerca do esporte destinado a pessoas com deficiência:

Acessando o website do Governo do Rio Grande do Norte obtivemos os seguintes números:

Gráfico 15. Matérias encontradas no website do Governo Estadual do Rio Grande do Norte.



Fonte: O Autor (2024).

Em resumo tivemos 24.467 resultados no total com os 3 descritores (1 matéria foi incluída na pesquisa; 10 matérias foram excluídas por fugirem da temática; e 24.456 matérias foram excluídas pelo corte temporal). Em uma rápida análise a única matéria incluída era destinada a Evento esportivo educacional.

Ao realizar as buscas na Secretaria de Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer do estado encontramos os seguintes dados:

Gráfico 16. Matérias encontradas no website da Secretaria de Esportes do Rio Grande do Norte

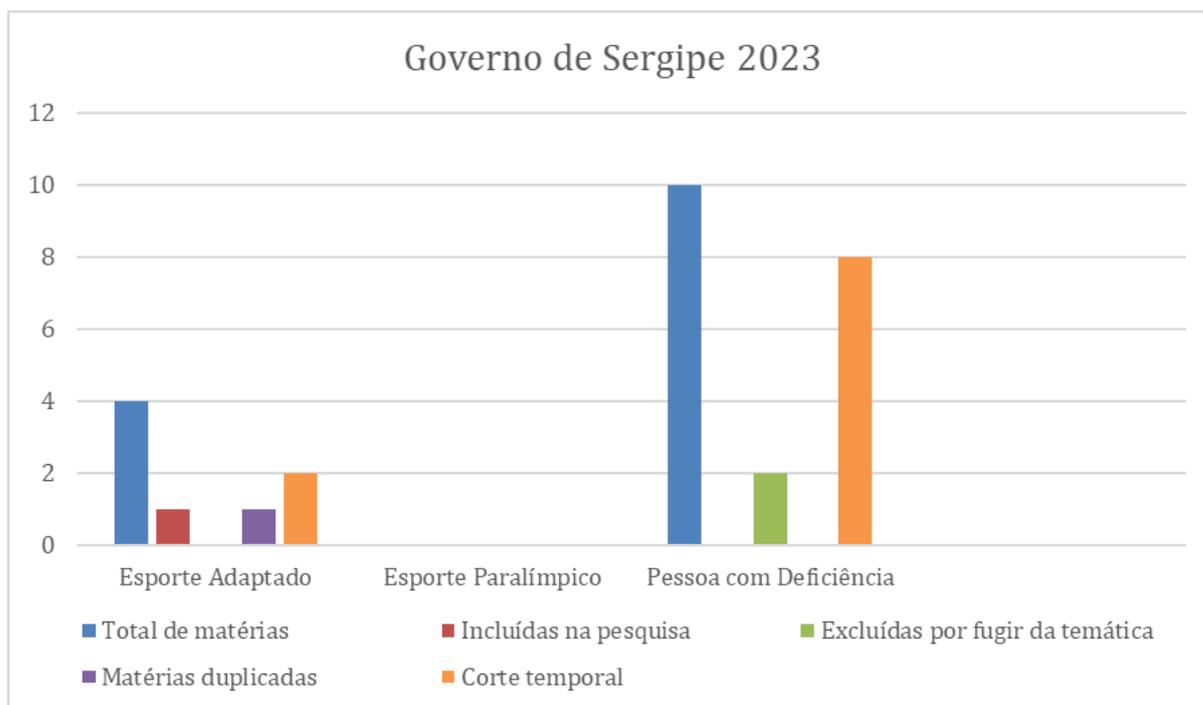


Fonte: O Autor (2024).

Um total de 70 matérias foram encontradas, onde apenas três citavam esportes, porém, das três nenhuma indicava pessoas com deficiência.

Com isso, não encontramos nenhuma política pública destinada para este público nas bases de dados utilizadas.

Chegando à Sergipe, último estado que compõe a Região Nordeste, que de acordo com o último censo realizado em [2022] o estado continha uma população de 2.210.004 pessoas, e que desse total 12,1% dos habitantes tinham algum tipo de deficiência. Acessando o website do Governo de Sergipe obtivemos as seguintes informações:

Gráfico 17. Matérias encontradas no website do Governo Estadual de Sergipe.

Fonte: O Autor (2024).

No geral tivemos 14 resultados no total com os 3 descritores (1 matéria incluída; 2 excluídas por fugirem da temática; 1 matéria duplicada e 10 excluídas pelo corte temporal). E essa única matéria incluída foi resultado de políticas públicas esportivas para pessoas com deficiência.

Já na Secretaria de Esporte e Lazer encontramos esses resultados:

Gráfico 18. Matérias encontradas no website da Secretaria de Esporte de Sergipe.

Fonte: O Autor (2024).

Foram 244 matérias no total, sendo 239 destinadas ao esporte e 5 às demais secretarias. Desse total, 23 matérias eram destinadas ao esporte para pessoas com deficiência. Dessas 23 tivemos uma matéria originada por meio de políticas públicas; 8 matérias destinadas a eventos esportivos competitivos; 12 matérias destinadas a eventos esportivos escolares e duas matérias voltadas para o esporte recreativo.

Em resumo, o estado de Sergipe contou com duas políticas públicas voltadas para o esporte de pessoas com deficiência, que acabaram gerando duas matérias sobre a temática.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Região Nordeste tem o percentual de 10,3% de pessoas de 2 anos ou mais de idade com deficiência. Sendo assim a região com a maior porcentagem deste público, esse que tem o direito de estudar, trabalhar, se locomover, praticar esportes, vivenciar espaços e eventos voltados para o lazer, entre outros.

Porém, alguns dados evidenciam o contrário, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) (2022), as pessoas com deficiência apresentam uma taxa de analfabetismo maior do que as pessoas sem deficiência, ainda apresentam uma taxa de escolarização menor. Partindo para o mercado de trabalho, o Nordeste é a região com a menor taxa de participação na força de trabalho, por existência de deficiência, enquanto as pessoas sem deficiência ocupam 58,9% do mercado de trabalho, as pessoas com deficiência estão em média de 26,8%.

Assim se repete em diversos âmbitos até que chegamos à temática da nossa pesquisa, que foi considerada de extrema importância pois segundo (Barbosa, Rezende e Brito, 2020). Observa-se uma lacuna significativa nos estudos científicos no que diz respeito à análise de políticas públicas voltadas para o esporte e lazer, especialmente quando estas se relacionam com pessoas com deficiência.

Conseguimos observar que três estados ainda não documentaram suas políticas, projetos ou leis voltadas para o esporte para pessoas com deficiência em seus websites destinados para tal, e mesmo os estados que contam com políticas o quantitativo perante o número de habitantes com deficiência é muito baixo. Com um

total de 171 matérias específicas para o esporte destinadas a pessoas com deficiência, apenas 28 matérias eram oriundas de 10 políticas públicas.

Isso indica que de 100% das matérias apenas 16,37% são originárias de políticas. Inclusive um ponto a ser ressaltado é a participação popular das pessoas com deficiência na criação das políticas. Starepravo e Mezzadri (2007, p.195) afirmam que “[...] pela inacessibilidade aos mecanismos de produção no campo político, a maioria das pessoas fica à margem do processo de decisão política, tendo que se contentar com o que lhes é disponibilizado pelas unidades produtoras”.

Com isso elencamos a necessidade da presença popular para opinar sobre as políticas, já que as pessoas com deficiência vão ser afetadas positivamente ou negativamente por elas, se faz necessária sua participação nas tomadas de decisão. Mesmo que esteja acontecendo avanços, ainda é necessário muitas alterações, implementações, avaliações e estudos acerca do esporte e das pessoas com deficiência, pois, mesmo que elas estejam acobertadas por seus direitos vemos que na prática as pessoas com deficiência ainda passam por muitas dificuldades, e uma dessas é na prática de esportes.

Vale ressaltar a importância do trabalho para que tenhamos cada vez mais produções relacionadas a essa temática, pois segundo (Caravage; Oliver, 2018). Estudos apontaram avanços na legislação para a garantia dos direitos das pessoas com deficiência, no entanto, quando se trata do lazer e do esporte para esse público, percebe-se que as ações são restritas.

Assim, se faz necessária a ênfase na temática pois cada vez mais o esporte adaptado vai se fazendo presente na vida das pessoas com deficiência, não somente com uma visão assistencialista, mas entendendo que segundo (Brazuna; Castro, 2001) O esporte adaptado oferece um novo propósito na vida de muitos atletas, além de promover a inclusão, fortalecendo a percepção de competência e a construção de uma identidade pessoal.

Essa identidade é definida pela sua capacidade como atletas, em vez de ser limitada por qualquer deficiência física. E como pudemos ver nos resultados, as políticas não são apenas voltadas para os esportes de alto rendimento, existem outras vertentes para o esporte adaptado, que Para Gorgatti (2005) Além de contribuir para a melhoria da condição física geral, o esporte adaptado proporciona um significativo aumento na independência e na autoconfiança necessárias para as atividades cotidianas, resultando também no aumento do autoconceito e do nível de autoestima.

Vale explicitar uma limitação do presente trabalho, que foi realizar as pesquisas apenas no ano de 2023, assim não conseguimos fazer uma análise mais profunda das políticas, se elas já existiam posteriormente, se foram criadas no ano em questão e outros aspectos.

6 CONCLUSÃO

O trabalho nos evidenciou que a maioria dos estados Nordestinos estão empenhados em oportunizar e garantir o acesso das pessoas com deficiência aos esportes, sejam eles competitivos ou recreativos, educacionais ou âmbitos esportivos acessíveis. Porém mesmo com os diversos esforços ainda necessitamos de muitas melhorias quando se trata dessa temática, precisamos além de quantidade ter qualidade de políticas efetivas que garantam o acesso, garantam a permanência das pessoas com deficiência nesses âmbitos, espaços apropriados, materiais de qualidade, entre outros diversos aspectos.

A escolha de focar nesta temática emergente surge da constatação de que, apesar da existência de poucos trabalhos no campo, é imprescindível continuar a pesquisa, debate e diálogo sobre a inclusão de pessoas com deficiência na sociedade. Com o aumento da visibilidade desta questão, é provável que os governantes reconheçam a importância da problemática e, conseqüentemente, priorizem a implementação de obras, eventos, projetos e legislações que promovam benefícios para as pessoas com deficiência no contexto social.

Além de melhorias nos aspectos físico e motor, o esporte para pessoas com deficiência oportuniza melhorias psicológicas, afetivas e sociais, fazendo com que assim esse grupo garanta cada vez mais espaço na sociedade. Acreditamos que a educação e a conscientização são a chave para que possamos crescer como uma sociedade mais inclusiva, responsável e humana com os nossos semelhantes.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, P. F. **Desporto Adaptado no Brasil: origem, institucionalização e atualidades**. 1997. 140f. Tese (Doutorado) Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.
- BAILEY, S. **Athlete first: a history of the paralympic movement**. West Sussex: John Wiley, 2008.
- BARDIN L. **Análise de conteúdo**. Edição revista e ampliada. São Paulo: Edições 70 Brasil; [1977] 2016.
- BARBOSA, C.M.; REZENDE, J.C.E.; BRITO, C.M. Pessoas com Deficiência e o lazer: uma análise das publicações nas revistas brasileiras Licere e RBEL. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**. Belo Horizonte, v.7, n. 3, p. 123-139, set/dez., 2020.
- BRASIL. **Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 2000.
- BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 07 jul. 2015, seção 1, p. 2-11.
- BRASIL. Ministério do Esporte. **Política Nacional do Esporte**. Brasília, 2005.
- BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil**. Brasília, 2010.
- BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência**. Brasília, 2007.
- BRITTAIN, I. Perception of disability and their impact upon involvement in sport for people with disabilities at all levels. **Journal of sport and social issues**, Boston v.28, n.4, p.429-452, 2004.
- Brazuna, M. R., & Castro, E. M. (2001). A trajetória do atleta portador de deficiência física no esporte adaptado de rendimento: uma revisão da literatura. **Revista Motriz**, Rio Claro, 7(2), 115-123.
- CARAVAGE, A.; OLIVER, F. C. Políticas públicas de esporte e lazer para pessoas com deficiência. **Movimento**, [S. l.], v. 24, n. 3, p. 987–1000, 2018. DOI: 10.22456/1982-8918.73957. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/73957>. Acesso em: 2 abr. 2024.

CELLARD, A. A Análise Documental. In: POUPART, J. et al. (Orgs.) **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 295 – 316, 2008.

DYE, Thomas D. **Understanding Public Policy**. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice Hall. 1984.

FARIA, M. D. de; CARVALHO, J. L. F. Uma análise semiótica do potencial mercadológico da imagem de atletas paraolímpicos. **Revista Gestão e Sociedade**, Belo Horizonte, v.4, n. 9, p. 657-686, 2010.

Gimenez, R. A inclusão de indivíduos portadores de necessidades especiais nas aulas regulares de Educação Física: Repensando a prática. **Lecturas: Educación Física y deportes**, Buenos Aires, 11(98), 2006.

GORGATTI, M. G.; COSTA, R. F. (Orgs.), **Atividade física adaptada: qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais**. Barueri: Manole, p. 532-568, 2005.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <
<https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>> Acesso em: 11 fev. 2024.

LYNN Lynn, L. E. **Designing Public Policy: A Casebook on the Role of Policy Analysis**. Santa Monica, Calif.: Goodyear. 1980

Moura, W.L., Benda, R.N., Novaes, J.S., & Tubino, M.J.G. O Atletismo no desenvolvimento de crianças portadoras de necessidades especiais: Um exemplo de sucesso. **Revista Motricidade**, Vila Real, 2(1), 53-61, 2006.

M. F. C, Almeida, Santos, M. B. G, Holanda, J. S., Araújo, A. B. C, & Alcântara, G. D. Avaliação das condições de acessibilidade para estudantes com deficiência visual em edificações na UFCG. **Revista Educação Inclusiva**. Campina Grande. Edição especial (Volume temático), 28-56, 2019.

Secchi, L. Formação da Agenda: método de Policy Advocacy para ensino de Políticas Públicas. **Administração Pública E Gestão Social**, Viçosa, 4(1), 32–47, 2012.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A Pesquisa Científica. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS. p. 33-44, 2009.

STAREPRAVO, F. A.; MEZZADRI, F. M. **Algumas contribuições de Pierre Bourdieu e Norbert Elias à discussão de políticas públicas para o esporte e lazer**. In: X SIMPÓSIO INTERNACIONAL PROCESSO CIVILIZADOR, 10., 2007, Campinas. Anais... Campinas: FEF-UNICAMP, 2007.

In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo(org.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, p. 31-33. D, 2009.

WINNICK, J. P. **Educação Física e Esportes Adaptados**. 3. ed. Barueri: Manole, 2004.